

INSTITUTOS FEDERAIS COMO ORGANIZAÇÕES DE FUNCIONAMENTO HÍBRIDO E EM REDES: “UMA ORGANIZAÇÃO COMPOSTA DE ORGANIZAÇÕES”

T. T. DA S. DUARTE¹, J. L. OLEGÁRIO²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1771-3512>¹

duartetathyane@gmail.com¹

Submetido 15/01/2021 - Aceito 21/05/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.11893

RESUMO

Apresentamos a resenha da obra:

Fernandes, F. das C. de M., Tabosa, W. A. F. (2018). **Instituto Federal**: uma organização composta de organizações. Natal: Editora IFRN.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais; Rede Federal; Organização



O livro apresenta ao leitor algumas características sobre as organizações de funcionamento híbrido e em redes, num contexto de estruturas que se consolidam como arranjos organizacionais no século XXI. Ao mesmo tempo, analisa a estrutura dos Institutos Federais (IFs) numa perspectiva de uma nova forma de organização educativa. Ao longo do texto, são retratados dados de investigação e reflexões quanto aos órgãos colegiados superiores e, especialmente, no tocante à configuração executiva de administração central dessas instituições.

Os autores são: Francisco das Chagas de Mariz Fernandes e Wyllys Abel Farkatt Tabosa. O primeiro é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (1978), especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFRN (1980), especialista em Gestão de Educação Técnica pela Universidade Estadual de Oklahoma (1996), mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001), doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (2016) e professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O segundo é licenciado em Ciências Biológicas pela UFRN (1986), mestre em desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (2000), e doutor em Educação pela UFRN (2007) e professor do IFRN, exercendo a atividade de gestão educacional na condição de Reitor dessa instituição no período de 2016-2020.

Na perspectiva de organizações de funcionamento híbrido e em redes, ou organização composta de organizações, são demonstradas conjunturas de afinidades da realidade funcional dos Institutos Federais (IF) com o modelo universitário, em função de alguns apelos e ambiguidades educacionais, até mesmo pelas múltiplas demandas, como a de tendências de universidade acadêmica, todavia, voltadas para a pesquisa aplicada.

A obra estimula o aprofundamento de estudos sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPTCT) quanto à sistematização das áreas de atuação sistêmicas e de funcionamento estratégico enquanto órgãos executivos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, quais sejam, instituições que integram o campo teórico-conceitual de conhecimentos de modelos organizacionais emergentes. Além de incentivar a discussão sobre a concepção dos institutos, considerando-se a reflexão acerca das “redes” que os IFs integram nacionalmente, nas diversas regiões e estados do país, para Pereira, e Da Cruz (2019, p.3) os IFs, possuem “atribuições que possibilitam diversas alternativas em relação tanto à inserção no mundo do trabalho quanto à contribuição ao desenvolvimento”, tanto no que se refere a região em que está inserido o *campi*, quanto ao desenvolvimento humano, na perspectiva sócio, histórico e cultural.

O livro é constituído por um prefácio, pelas considerações iniciais, por uma composição narrativa estruturada com base em 06 (seis) capítulos representativos de estudos e análises sobre os IFs, e por um último, traz as referências. Durante o texto, Fernandes e Tabosa (2018, p. 13) apontam que os Institutos Federais foram instituídos, “efetivamente, o governo brasileiro, com a Lei nº 11.892, de 2008, cria uma nova institucionalidade no âmbito da gestão da educação profissional e tecnológica no país.”



O capítulo 1 é intitulado “Alguns marcos da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil” e nele são expostos alguns marcos e concepções originais do ensino técnico industrial no Brasil, como a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) no ano de 1909, suas transformações em Liceus Industriais e, na sequência, em Escolas Técnicas Industriais. No texto, é salientado que, no final da década de 1970, se deu o avanço organizacional para Escolas Técnicas Federais e, no ano de 1997, houve mudanças na institucionalidade da organização, passando a serem conhecidos como Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e, no século XXI, em 2008, houve o projeto de reordenamento da RFEPCT com a transformação para os IFs. Nesse capítulo, Fernandes e Tabosa (2018, p. 17), reafirmam que “a história da educação profissional no Brasil está vinculada à criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 23 de setembro de 1909, pelo Decreto nº 7.566, de 1909, de autoria do Presidente Nilo Peçanha”.

O capítulo 2, cujo título é “O instituto – entre a estruturação racional e divisionalizada”, trata da estruturação dos IFs num contexto de uma nova forma de organização educacional, retratando reflexões quanto aos órgãos colegiados superiores e a configuração executiva de administração central. No texto, fazem uma abordagem sobre a perspectiva de opção teórica de referência como de uma organização administrativa capaz de permitir um eficiente e articulado desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas em diversos campi. Fernandes e Tabosa (2018, p. 26) compreendem que “trata-se de uma organização escolar do tipo ‘jurídico-formal’, constituída de escolas (organizações educativas) com níveis de autonomia e complexidade para além do regular funcionamento culturalmente existente.”

Conjunturas de aproximações da realidade funcional dos IFs com o modelo universitário são evidenciadas no capítulo 3, que tem como título “As aproximações do Instituto Federal (IF) com o modelo universitário”, com base em perspectivas políticas e culturais que relacionam e contraditam os cenários de implantação e funcionamento dos Institutos que têm regulamentação legal de autonomia constitucional e de reconhecimento no âmbito internacional como de uma instituição com autonomia universitária. De modo geral, são considerados alguns apelos e ambiguidades organizacionais que aproximam as vivências dos IFs de uma estruturação universitária num cenário de dificuldades identitárias em função de interfaces, indeterminações e multiplicidade de demandas com tendências acadêmicas ainda pouco usuais no novo modelo organizacional. Todavia, segundo Fernandes e Tabosa (2018, p. 43), “não se pode deixar de reconhecer que são muitos os apelos e ambiguidades organizacionais motivadores do efeito de aproximação das peculiaridades do Instituto Federal da estruturação universitária”.

No capítulo 4, intitulado “As organizações híbridas e em redes”, são apresentadas algumas considerações sobre as organizações de funcionamento híbrido e em redes. Para os autores, essas estruturas se popularizaram com o advento da globalização econômica e se tornaram destaque como arranjos organizacionais neste século XXI. São associações de estruturação próxima do modelo da organização educativa dos IFs, estas consideradas como uma forma híbrida de gestão entre as concepções de universidade e de CEFET. São expostas, ainda, as formas e peculiaridades da RFEPCT, além de algumas referências das instituições que a compõem.



No entendimento de Fernandes e Tabosa (2018, p.47), “o surgimento e ocorrências de várias dinâmicas organizacionais de concepções conceituais novas e de governanças híbridas que atendem, simultaneamente, a mais de uma força legítima, estão vinculadas ao período das últimas décadas” e é o que caracteriza e define essas organizações denominadas de institutos federais.

O capítulo 5, que tem o título “Os achados relativos às estruturas centrais dos institutos federais”, trata das descobertas que dizem respeito às organizações centrais em ação nos IFs, sendo apresentadas, em destaque, a tipologia dos colegiados que integram o nível superior da estrutura administrativa dos diversos IFs, além da modelagem da administração executiva sistêmica desses Institutos, composta de pró-reitorias e diretorias, demarcando as convergências e incertezas enfrentadas num contexto de configuração de rede nacional.

Em relação aos colegiados dos IFs, Fernandes e Tabosa (2018, p.65) consideram que a participação democrática no processo de gestão viabiliza o comprometimento das pessoas nas decisões acadêmicas e administrativas com o objetivo de atingir os objetivos das organizações de forma compartilhada.

No 6º e último capítulo, denominado “Contextos e considerações conclusivas”, são expostas algumas análises e considerações interpretativas e conclusivas a partir dos dados obtidos na pesquisa, especialmente quanto aos órgãos de administração central identificados na maioria das estruturas dos IFs. Nesse capítulo, há indicação da importância do aprofundamento de estudos acerca da compreensão conceitual dos IFs como uma organização composta de organizações e de uma melhor formalização das “redes” que os integram, numa perspectiva de fortalecimento identitário desses Institutos e das redes que se formam dentro de uma rede.

Fernandes e Tabosa (2018, p.85) denotam que o debate sobre a concepção dos Institutos Federais como uma organização composta de organizações e das “redes” que os integram deve acontecer com vistas a garantir o fortalecimento da qualidade da governança das reitorias e dos campi dessas instituições, nas diversas regiões do país, bem como deve contribuir para o fortalecimento da identidade dos Institutos Federais e das redes que formam.

As conclusões dos autores do livro estão bem claras e objetivas em relação as políticas integradoras na seguinte definição:Ultimando estas considerações conclusivas, há o entendimento de que seria salutar para a Rede Federal o aprofundamento do estudo aqui iniciado no tocante a um certo nível de compreensão e regulamentação ou maior sistematização das áreas de atuações sistêmicas e de funcionamento estratégico a nível central dos Institutos Federais em função da clareza da condição de limites parciais enfrentados pela pesquisa, especialmente, pela circunstância de a organização educativa Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia integrar o campo teórico conceitual dos conhecimentos dos modelos organizacionais emergentes da escola (FERNANDES; TABOSA, 2018, p. 84).

As organizações de funcionamento híbrido e/ou em redes tornaram-se visíveis no processo da globalização econômica e têm marcos de relevância na denominada sociedade do conhecimento, como afirmam os autores do livro. Nessa era designada também como era do



conhecimento, variados fatores ambientais, econômicos e sociais atuaram influenciando as mudanças e modificações dos sistemas organizacionais de estruturação verticalizada para formas mais diversificadas e horizontais como as discutidas por eles no livro. Concretamente, o surgimento e ocorrências de várias dinâmicas organizacionais de concepções conceituais novas e de governanças híbridas que atendem, simultaneamente, a mais de uma força legítima, estão vinculadas ao período das demandas das organizações das últimas décadas, notadamente, daquelas que se encontram albergadas em políticas públicas de grande alcance nacional, como a da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Por fim, esta obra é de grande relevância para os estudos e as reflexões acerca da organização e da gestão educacional, visto que leva o leitor a compreender os institutos federais a partir dos resultados de pesquisas e produções acadêmico-científicas, bem como pelo notório saber e experiência profissional de décadas de seus autores no âmbito da organização objeto de estudo desta obra. Por isso, recomendamos sua leitura aos pesquisadores e cientistas com interesses em torno do aprofundamento dos estudos sobre gestão e avaliação de políticas educacionais, principalmente de educação profissional.

REFERÊNCIAS

Fernandes, F. das C. de M., Tabosa, W. A. F. (2018). Instituto Federal: uma organização composta de organizações. Natal: Editora IFRN.

Pereira, L. A. C., Cruz, J. L. V. da (2019). Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível. *Holos*, [S.l.], 35(4), p. 1-18, dez. 2019. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992>>. Acesso em: 25 maio 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2019.7992>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Duarte, T. T. da S., Olegário, J. L. (2021). Institutos federais como organizações de funcionamento híbrido e em redes: “uma organização composta de organizações”. *Holos*. 37(1), 1-6.

SOBRE OS AUTORES

T. T. DA S. DUARTE

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (2019-2020). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004). Atualmente é assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, com ênfase em Gestão Pública. E-mail: duartetathyane@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1771-3512>

J. L. OLEGÁRIO



Licenciada em Biologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN (2014-2018). Mestranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN (2019-2021) vinculado a Linha de Pesquisa 01: Políticas e Práxis em Educação. Participei como representante discente do colegiado do curso de Licenciatura em Biologia - IFRN (2017-2018). Integrante do Grupo de Pesquisa intitulado A reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da região Nordeste, (2019). Possuo interesse de pesquisa nos seguintes temas: Educação Profissional, Políticas e Práxis em Educação, Emenda Constitucional nº 95/2016, Financiamento da Educação Profissional, Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017. E-mail: jamillyleite@outlook.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6752-8876>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: FRANCINAIDE NASCIMENTO E ANTONIO UCHOA

